

Apresentação

60 anos do golpe civil-militar de 1964: história, historiografia e suas reverberações

*Mélanie Toulhoat*¹

*Nashla Dahás*²

*Paulo César Gomes Bezerra*³

¹ Doutora em História contemporânea pela Universidade Sorbonne Nouvelle (IHEAL-CREDA) e pela Universidade de São Paulo (2019). Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/NOVA FCSH). E-mail: melanietoulhoat@fcsb.unl.pt

² Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora colaboradora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: nashladahas@hotmail.com

³ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). E-mail: pcgomesb@gmail.com

“O fato é que ainda não acusamos suficientemente o golpe. Pelo menos não o acusamos na sua medida certa, a presença continuada de uma ruptura irreversível de época”. Foi com tal assertiva colocada pelo filósofo Paulo Arantes, em 2010, por ocasião da publicação da coletânea *O que resta da ditadura?*, que abrimos a chamada para publicação deste dossiê, em fins de 2023. Ressaltamos naquele momento a reflexão sobre a contribuição especificamente historiadora ao debate público e mencionamos a entrada em cena da história digital e suas tecnologias, além da importância de análises transnacionais ou comparativas para a atualidade das discussões sobre a história e a historiografia do golpe de Estado.

Como em quase toda operação histórica, a leitura dos artigos submetidos trouxe menos respostas do que novas indagações. Aos problemas que havíamos colocado, somaram-se outros, como a participação colaboradora de universidades com a repressão durante o regime autoritário, simultânea à perseguição às aos humanistas e ao repasse militar de recursos para a ciência e tecnologia; os atentados de extrema-direita que sedimentaram a transição e abrem perspectivas críticas da cronologia tradicional da distensão ou abertura; os interesses capitalistas entrelaçados ao genocídio indígena e as variadas formas de resistência étnica; a sempre incômoda memória revolucionária do Brasil e a dificuldade historiográfica de produzir novas categorias nesse campo; a posição cambiante da Igreja Católica e o processo de construção da sua memória progressista; o papel da imprensa clandestina como elemento fundamental das organizações à esquerda, entre outros.

Nesse avançado começo de 2024, podemos afirmar que as histórias do golpe e da ditadura que publicamos aqui apontam para horizontes e encruzilhadas que colocam em posições semelhantes pesquisadoras\es, professoras\es e historiadoras\es em momentos muito diferentes das suas

trajetórias acadêmicas, interseccionadas, por sua vez, pela sobreposição de passados no presente. De nossa perspectiva, o que os novos trabalhos e abordagens reforçam é que a história do golpe civil-militar é uma ruptura contínua sobre a qual ainda há muito o que dizer. A destituição de um presidente democraticamente eleito a partir de uma grande conspiração conservadora em 1964 admite intrincadas relações para trás e para a frente desde ao menos 1930. Isso significa que a história do passado e da sua factualidade podem e devem ser retomadas à luz de novas cronologias, assim como a memória daqueles eventos no presente precisa encarar temas sensíveis e incômodos como os dissensos entre as vítimas, o estigma da traição no pensamento político das esquerdas, as insuficiências da Comissão Nacional da Verdade e as derrotas que consistiram a Anistia de 1979 e as Diretas Já em 1985. Isso porque está cada vez mais claro que existe uma história do golpe ainda em marcha e na qual as diretas brasileiras permanecem como protagonistas de negacionismos e falseamentos históricos.

Cruzando projeto e processo de dossiê e tomando-o também como fonte histórica, relembramos a nossa pretensão inicial de abordar o triplo movimento: compreender o passado em sua historicidade e representações, discutir os diferentes processos de construção dos seus significados e, por fim, perceber as circunstâncias sociais da emergência desses sentidos. De acordo com esse enquadramento, apresentamos os trabalhos de César Alessandro Sagrillo Figueiredo, que aborda a linearidade descontínua da relação entre o autoritarismo e o crescimento do campo de ciência e tecnologia no Brasil, José Airton de Farias, com sua reflexão sobre a atuação da extrema-direita nos anos de 1980, e Maria Eduarda Oliveira em parceria com Poliene Bicalho, que oferecem um esquadramento do *modus operandi* da economia ditatorial em terras indígenas. Os três artigos buscam compreender de maneira acurada as circunstâncias históricas do passado recente, atribuindo-lhes sentidos que

denotam também os problemas candentes do tempo presente. Juliana Marques do Nascimento retoma importante referência à obra de Daniel Aarão Reis para discutir as memórias revolucionárias da ditadura a partir da escrita biográfica jornalística enquanto o mesmo caminho ambíguo e movediço da memória é apropriado por Mathews Nunes Mathias em sua análise da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e as ressignificações da memória da ditadura pela Igreja Católica. Ambas as pesquisas se situam na sobreposição de passado e presente, atentas ao desvelamento dos cenários nos quais as lembranças emergem.

Destacamos ainda os artigos de: Débora Potulski, que discute o tema atualmente incontornável da relação entre segurança e educação através da curricularização da moral e do civismo em tempos de Doutrina de Segurança Nacional; Alexandre Firmo dos Santos com temática investigativa a respeito da quebra de sigilo das comunicações do Conselho Mundial das Igrejas pelo Serviço Nacional de Informações durante a ditadura; e Regina Daefiol, que retoma as ambiguidades da relação entre a grande imprensa e a ditadura, assim como as formas de atuação de periódicos alternativos, à luz dos problemas presentes, como a postura dos veículos de comunicação em eventos recentes, entre os quais a Operação Lava-Jato e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff aprovado pelo Congresso em sessão historicamente antidemocrática e antirrepublicana no ano de 2016. No caminho da abertura de novas epistemologias, Eloisa Rosalen e Luísa Dornelles Briggmann, perpassam sobre a última década e estabelecem um levantamento bibliográfico para demonstrar perspectivas inovadoras e pontos relevantes que conectam as temáticas da ditadura, estudos de gênero, história das mulheres e os movimentos sociais LGBTQI+, abrindo novos horizontes para o campo historiográfico e o futuro democrático.

Neste último mês de abril de 2024, quando o golpe completou 60 anos redondos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inviabilizou as reverberações institucionais de repúdio aos acontecimentos de 64. Entendendo que ainda não é possível avaliar com precisão esse passo, ou a ausência dele, o que os artigos deste dossiê nos indicam é que a ampliação da consciência histórica sobre o autoritarismo não nos ensina lições ou nos assegura o que é mais correto em nossa relação individual e coletiva com as temporalidades que nos atravessam. Antes, um processo de conhecimento histórico que se entenda como ferramenta de compreensão da vida nos ajuda a reformular as perguntas, rearranjar as bases conceituais de entendimento em intensa interação com a realidade, enfim, torna o passado histórico uma esfera essencial da nossa vida cotidiana. Eis o que desejamos aos \às nossos\as leitores\as.

Boa leitura!